

Aviso n.º 246/2017

Publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 5 — 06.01.2017

Nos termos do n.º 7 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal, na redação dada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de maio, tornam-se públicas a bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas das provas de conhecimentos indicados na publicitação do procedimento publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2017, com o aviso n.º 246/2017, de 7 de janeiro, bem como no presente *site*.

DIVISÃO DOS SERVIÇOS ACADÉMICOS

BIBLIOGRAFIA

Legislação geral

- Código do procedimento administrativo
 - Decreto-Lei n.º 4/2015
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
 - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho
- Lei de Bases do Sistema Educativo
 - Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada por:
 - Lei n.º 115/97, de 19 de setembro
 - Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto
 - Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto
- Financiamento do Ensino Superior
 - Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto
- Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
 - Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro
- Graus e Diplomas do Ensino Superior
 - Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado por:
 - Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho

- Decreto-Lei nº 203/2009, de 14 de setembro
 - Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto
 - Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro
- Criação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
 - Decreto-Lei nº 374/91, de 8 de Outubro
- Estatutos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
 - Despacho Normativo nº 44/2008, de 1 de setembro, alterado por:
 - Despacho Normativo nº 13/2006, de 28 de novembro

Legislação Específica

- Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior (ECTS)
 - Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado por:
 - Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de junho
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
 - Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de novembro
- Avaliação do Ensino Superior
 - Lei nº 38/2007, de 16 de agosto
- Quadro Nacional de Qualificações
 - Portaria nº 782/2009, de 23 de julho
- Suplemento ao Diploma
 - Portaria nº 30/2008, de 10 de janeiro
- Fixa as áreas em que devem ser realizadas as provas de ingresso obrigatórias para determinados cursos superiores
 - Portaria nº 1031/2009, de 10 de setembro, alterada por:
 - Portaria nº 103/2015, de 8 de abril
- Regula o Regime de Acesso e Ingresso no ensino superior
 - Decreto-Lei nº 296-A/98, de 25 de setembro, alterado por:
 - Decreto-Lei nº 90/2008, de 30 de maio
 - Decreto-Lei nº 45/2007, de 23 de fevereiro

- Decreto-Lei nº 40/2007, de 7 20 de fevereiro
 - Decreto-Lei nº 147-A/2006, de 31 de julho
 - Decreto-Lei nº 158/2004, de 30 de junho
 - Decreto-Lei nº 76/2004, de 27 de março
 - Decreto-Lei nº 26/2003, de 7 de fevereiro
 - Decreto-Lei nº 99/99, de 30 de março
- Regulamento dos Regimes de Reingresso e de Mudança de par instituição/curso no ensino superior
 - Portaria nº 191-D/2016, de 19 de junho, alterada por:
 - Portaria nº 305/2016, de 6 de dezembro
- Regulamento de Candidaturas de Mudança de curso, transferência e reingresso
 - Despacho nº 9547/2015, de 21 de agosto
- Fixa os limites de vagas para ingresso nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição ciclo de estudos através dos concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de mudança de curso e de transferência
 - Despacho nº 10211/2016, de 2 de agosto
- Regula os concursos especiais de acesso e ingresso no ensino superior
 - Decreto-Lei nº 113/2014, de 16 de julho, alterado por:
 - Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro
- Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos
 - Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de março, alterado por:
 - Decreto-Lei nº 113/2014, de 16 de julho
- Regula o estatuto do estudante internacional
 - Decreto-Lei nº 36/2014, de 10 de março, alterado por:
 - Decreto-Lei nº 113/2014, de 16 de julho
- Regulamenta os cursos técnicos superiores profissionais
 - Decreto-Lei nº 43/2014, de 18 de março, alterado por:
 - Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro

- Regime jurídico do reconhecimento de graus académicos estrangeiros
 - Decreto-Lei nº 341/2007, de 12 de outubro
- Regulamento do registo de diplomas estrangeiros
 - Portaria nº 29/2008, de 10 de janeiro
- Impressos para requerimento de equivalência/reconhecimento
 - Portaria nº 1071/83, de 29 de dezembro
- Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior
 - Despacho nº 8442-A/2012, de 24 de junho
- Atribuição de bolsas de mérito
 - Despacho nº 13531/2009, de 9 de junho
- Regulamento do programa retomar
 - Despacho nº 8-A/2014, de 17 de julho

Outras Assuntos/Fontes a consultar (disponíveis no site da instituição)

- Missão da ESHTe
- Cursos
- Regulamentos académicos
- Tabela de Emolumentos
- Propina

Notas:

- A legislação indicada é a que se encontra publicada e/ou em vigor na presente data. Qualquer alteração legislativa poderá ser considerada pelo Júri, aquando da correção da prova, cabendo aos candidatos proceder, por sua iniciativa, às atualizações que se vierem a revelar necessárias.

- Durante a realização da prova os candidatos não podem comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa estranha ao procedimento nem recorrer a quaisquer meios electrónicos e/ou informáticos ou a qualquer tipo de documentação ou informação cuja utilização não tenha sido expressamente autorizada. Para este efeito, é expressamente autorizada a consulta dos textos legislativos indicados, em suporte de papel, desde que não anotados, nem comentados.
- A violação do disposto no parágrafo que antecede implica a anulação da prova em referência, atribuindo-se a classificação de 0 valores.
- É permitida a consulta da legislação simples, não anotada, na prova de conhecimentos.